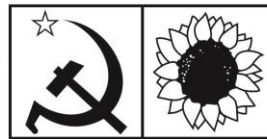


CDU PCP-PEV
MONTIJO



AUTARQUIAS
 **2017**

Índice

INTRODUÇÃO	3
<u>I - LINHAS GERAIS E EIXOS DE INTERVENÇÃO</u>	3
— TERRITÓRIO;	4
— RIO;	5
— TRABALHO;	6
PROXIMIDADE.	7
<u>II - PROPOSTAS SECTORIAIS PARA O DESENVOLVIMENTO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL:</u>	8
A) <u>QUALIDADE DE VIDA:</u>	8
• TRANSPORTES	8
• ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E URBANISMO	11
• SERVIÇOS PÚBLICOS DE HIGIENE, LIMPEZA, TRATAMENTO DOS ESPAÇOS VERDES E JARDINAGEM	13
• TRÂNSITO E SEGURANÇA RODOVIÁRIA	14
• AMBIENTE E BEM-ESTAR ANIMAL	14
B) <u>EDUCAÇÃO PARA A CIDADANIA E A PARTICIPAÇÃO:</u>	16
• Pré-escolar;	17
• Ensino Básico e Secundário;	17
• Ensino Profissional;	18
• Ação Social Escolar;	18
• Associações de Pais.	18
C) <u>COESÃO DO TECIDO SOCIAL:</u>	18
• Juventude;	18
• Seniores;	19
• Cultura;	20
• Museus;	21
• Bibliotecas e Arquivos;	21
• Actividades Artísticas;	21
• Saúde;	22
• Educação para a Saúde;	22
• Ação Social;	23
• IPSS;	23
• Pessoas com Deficiência;	23
• População Migrante;	24
• Desporto;	24
• Associações e Colectividades;	25
• Segurança Pública;	26
• Bombeiros e Protecção Civil;	27
• Habitação social;	27
• SMAS;	27
• Uma gestão democrática, participada e transparente;	28
• Uma gestão de rigor nas finanças municipais;	28
• Uma Câmara respeitada, que vá à luta pelos interesses de Montijo	29
D) <u>MONTIJO, DINÂMICA ECONÓMICA E EMPREGO:</u>	31
• Comércio;	32
• Turismo.	33

Introdução

Desde há 43 anos, no percurso de liberdade que a Revolução de Abril devolveu ao Povo Português, que as populações vêm caracterizando a Gestão Autárquica CDU de uma forma que se generalizou: “**Trabalho, Honestidade e Competência**”.

Na prática, o Projecto CDU é muito mais do que um somatório de ideias, é o resultado de um estilo de gestão e uma forma de exercício de poder distinta na sociedade portuguesa, é um todo coerente, nascido da construção do Poder Local Democrático e obra colectiva de milhares de homens, mulheres e jovens, eleitos e não eleitos, dedicados, intervenientes na luta pela elevação das condições de vida do povo e pela transformação social.

O Projecto CDU apela e apoia-se, ainda, naturalmente, na intervenção e participação dos trabalhadores das autarquias como fonte de apoio e energia, de unidade em torno dos problemas concretos e da sua resolução.

Experimentado há mais de quatro décadas no país de Abril e na Península de Setúbal em particular, neste Projecto são claros e transparentes, o rigor, a gestão da coisa pública, a afetação de recursos financeiros, a política de solos, a política cultural, a política desportiva, a política educativa, a política de intervenção social, a política ambiental, o apoio às actividades económicas e a política de Juventude.

As ideias-chave do **PROGRAMA DE TRABALHO** da **CDU**, que seguidamente apresentamos são, nas suas linhas gerais e nos compromissos concretos, o resultado da ligação profunda à terra e às comunidades, para o qual contribuíram, decisivamente, cidadãos com distintas orientações políticas ou independentes, e os agentes culturais, educativos, desportivos, sociais e económicos de Montijo.

Apresentamos um programa que mostra um plano de trabalho para um horizonte que não se esgota em 4 anos, que não viverá do calendário eleitoral, que estará sempre “inacabado”, na exigência que assumimos de devolver a Montijo o lugar que merece na região e no país, que se projecta e enriquece no tempo, que não tem áreas estanques, onde tudo se liga e completa.

Este é o **PROGRAMA DE TRABALHO** que nasceu da análise exaustiva da realidade concreta, que recolhe contributos e saberes de décadas; que tem uma forma, uma sistemática coerente, que consubstancia um grande e entusiasmante desafio para as atuais e futuras gerações de montijenses.

Convidamo-lo(a) a fazer connosco, com a CDU, uma viagem pela MUDANÇA NECESSÁRIA!

I - LINHAS GERAIS E EIXOS DE INTERVENÇÃO

A situação de paralisia em que Montijo se encontra exige que se aponte, com clareza, a estratégia para o desenvolvimento do concelho. O Plano Estratégico da Cidade de Montijo, na sua consideração adaptada à realidade presente, o Plano Diretor Municipal e a conformação que se defende para este instrumento, os instrumentos de planeamento regional e de nível metropolitano e o Plano Estratégico para o Desenvolvimento da Península de Setúbal, permitem à CDU apresentar e defender quatro eixos centrais estratégicos para o desenvolvimento territorial, sociocultural, económico e ambiental da nossa terra:

TERRITÓRIO, RIO, TRABALHO e PROXIMIDADE.

TERRITÓRIO

- Reforçar a posição de Montijo no quadro regional, nacional e internacional;
- Valorizar o património cultural e ambiental de todo o concelho;

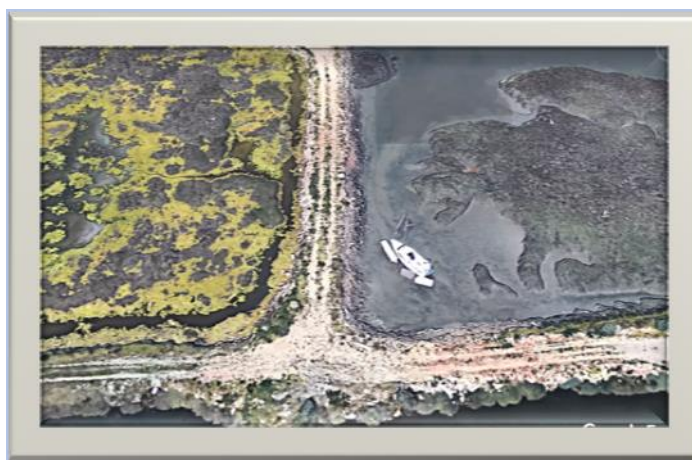


- Reabilitar as áreas urbanas degradadas, de forma sustentada e criando condições para atrair população, tornando-as aprazíveis e acessíveis a todos;
- Desenvolver o Plano Municipal de Reabilitação e Regeneração Urbana, concretizando áreas de Reabilitação Urbana, incentivando a recuperação do edificado, a diversificação de usos a revitalização do comércio tradicional, a captação de novas actividades económicas, a instalação de equipamentos sociais e culturais e a melhoria das condições de acessibilidade;
- Concluir a rede completa de ciclovias e percursos clicáveis, como factor positivo da sustentabilidade ambiental, melhorando a mobilidade dos cidadãos e valorizando o espaço público;
- Melhorar o ordenamento do estacionamento automóvel com particular relevo nas áreas de maior concentração;

- Exigir a qualificação da rede de transportes colectivos no que respeita à qualidade do serviço, percursos, frequência, preços e promover uma interface na cidade de Montijo;
- Actualizar e Implementar o Plano Estratégico da Cidade, promovendo a sua Identidade e valores e a localização geográfica de Montijo como interface entre a Península de Setúbal o Alentejo, e o acesso a Espanha, contribuindo para posicionar Montijo como centro metropolitano de relevo.

RIO

Como elemento essencial na vida e no desenvolvimento do nosso território, transversal às múltiplas expressões das actividades económicas do lazer e da vida social, à relação e projecção de Montijo no mundo. Destacam-se os seguintes objectivos:



- **Concertação institucional para a fruição comum da frente ribeirinha**, abordando de forma Integrada a compatibilização do desenvolvimento turístico e da náutica de recreio com **a reaquisição do cais fluvial e a apropriação para os cidadãos das áreas susceptíveis de fruição pedonal**;
- **Reabilitação e regeneração urbanas e organização das infra-estruturas dos transportes**;
- **Interface de transportes na frente ribeirinha**, que viabilize a coordenação de todos os modos de transporte – rodoviário e fluvial;
- **Requalificação das áreas ribeirinhas degradadas**, ampliando os espaços de usufruto e de relação com o rio;
- Na bacia do Montijo, identificar e construir soluções nas áreas onde potencialmente se possa praticar a retenção artificial de massas de água, que permita descargas controladas, com velocidades suficientemente elevadas que possibilitem a manutenção do desassoreamento dos esteiros adjacentes.
- **Desenvolver a náutica de recreio e a turística**, garantindo as infra-estruturas necessárias a essas actividades;

- **Apoiar a sustentabilidade da pesca**, preservando a economia e a identidade e apoiando o célere escoamento do pescado;
- **Concertar todas as sinergias institucionais para que** com intervenção municipal e da Administração da Região Hidrográfica do Tejo, responsável pelo Plano de Ordenamento do Estuário do Tejo, **a cala do Montijo seja desassoreada;**
- Colocar como prioridade a **construção de piscinas fluviais**, cumprindo, finalmente, o Plano Estratégico da Cidade de Montijo;
- Promover a **instalação de novas actividades económicas** na zona ribeirinha.
- Pugnar activamente pela preservação ecológica do rio (agindo para a reversão das práticas poluentes, despejos, etc.).

TRABALHO

Contribuir no âmbito das competências municipais para gerar condições de **criação de emprego qualificado e aumentar a competitividade do tecido económico;**



Assegurar uma relação sustentável entre o desenvolvimento económico e a preservação dos valores naturais e ambientais do concelho;

Prover a atracção territorial de novas funções de carácter público e privado;

Especializar e organizar em rede a oferta territorial em logística e dinamizar a instalação de actividades industriais;

Reforçar a oferta e a actividade turística desenvolvida no concelho;

Conciliar os recursos turísticos naturais com a oferta de produtos turísticos (turismo desportivo, náutico, de natureza, bem-estar, gastronomia, vinhos, de aventura, etc.);

Reconverter os espaços degradados e expectantes para actividades sociais, culturais e economicamente relevantes, no contexto da recriação da identidade.

PROXIMIDADE

Tão ou mais portanto que o Programa, que cada uma das grandes linhas em que se estrutura, será a forma aberta, colectiva, participada e democrática como será implementado.



Desde logo assentará numa forte participação dos trabalhadores das autarquias na gestão municipal, em reuniões regulares, sector a sector, com todos os trabalhadores e na colocação como prioridade das correcções e beneficiações indispensáveis em edifícios municipais, oficinas, gabinetes, equipamentos, fardamento, logística, aprovisionamento, habitabilidade dos espaços e locais para refeições.

Todas as estruturas de participação regular e sustentada, todos os conselhos municipais, todos os encontros regulares formais e informais, chamarão à participação todos os agentes, para recolher a sua análise crítica, as suas propostas, por forma a integrá-las na acção concreta e na obra a realizar.

Mais participação vai exigir **mais descentralização para as freguesias**, acompanhada de meios financeiros e materiais adequados.

Será uma prioridade estratégica a aproximação física dos serviços administrativos e operativos do Município às freguesias do Este, defendendo o mundo rural, o potencial económico, o combate à desertificação e a equidade territorial e social.

Será respeitada a vontade das populações da restauração das suas freguesias, promovendo a política de proximidade, a resolução pelas comunidades dos pequenos e grandes problemas que as preocupam.

Estas quatro ideias-chave do PROGRAMA DE TRABALHO serão realizadas mediante várias:

II - PROPOSTAS SECTORIAIS PARA O DESENVOLVIMENTO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL (agrupadas em quatro áreas distintas, mas interligadas entre si):

A) Qualidade de vida

Defendemos acessibilidades e mobilidade urbana, funcionamento adequado dos transportes públicos em carreiras e em condições de conforto e segurança, a necessidade urgente da intermodalidade nos transportes públicos e o regresso do transporte fluvial à cidade; a reestruturação da capacidade em recursos humanos e materiais dos serviços operativos municipais: nas Obras, Recolha de Resíduos Sólidos Urbanos, Higiene e Limpeza e Tratamento de Espaços Verdes; a Requalificação da zona ribeirinha; a Regeneração Urbana em todas as freguesias; a pavimentação e repavimentação de muitas artérias; o Planeamento Estratégico (PDM); a conclusão da Circular Externa; a ligação das ciclovias entre si e sua extensão à cidade e o reforço de papeleiras, bancos, bebedouros e a colocação de mini ecopontos para a reciclagem; a Revisão do PDM; o grande e faseado Projecto concelhio, regional e nacional da construção do Novo Aeroporto de Lisboa no território do concelho de Montijo no Campo de Tiro.

TRANSPORTES:

O transporte público deve ser encarado como um factor de qualidade de vida, desenvolvimento sustentável, inclusão social, dinamização da actividade económica, gestão racional de recursos, promoção de emprego com direitos. Os transportes públicos têm um papel central para a vida das populações, assumindo uma importância evidente e incontornável, não só para as suas deslocações quotidianas para trabalhar ou estudar, como também para necessidades fundamentais como o acesso à saúde ou às actividades de lazer, cultura ou desporto.

Sendo essa realidade sentida de um modo geral em todas as regiões do País, tem particular expressão nas áreas metropolitanas, onde as deslocações pendulares, entre a casa e o trabalho ou a escola, assumem uma dimensão económica e social ainda mais crítica.

Na Área Metropolitana de Lisboa, concretamente na Península de Setúbal e inevitavelmente em Montijo, tem vindo a acentuar-se a degradação da prestação de serviço público de transportes, com prejuízo directo na qualidade

de vida dos Montijenses e de cidadãos de outros concelhos que partilham o sistema de transportes públicos que cobrem o nosso concelho.

Tem sido assim no Transporte Rodoviário, a cargo da empresa TST Transportes Sul do Tejo, SA.

Ao longo dos últimos anos, foram aplicadas significativas alterações e reduções de trajectos e horários no transporte colectivo rodoviário prestado pela empresa. Verificou-se uma quebra da oferta sucessiva, desde 2011, originando um forte impacto na redução da qualidade do serviço prestado por esta empresa à população, contribuindo deste modo para o afastamento cada vez maior entre os cidadãos e o transporte público, conduzindo-os para o transporte individual.

A redução da qualidade do serviço, bem como os aumentos de preços, associado ao elevado desemprego, originou nos últimos anos um afastamento de utentes do transporte público, traduzido na crescente redução da procura. Tal facto, serviu de justificação para a diminuição da oferta, originando novas quebras de procura, num ciclo vicioso.

No conjunto, tempos de espera angustiantes, autocarros sobrelotados, utentes que não chegam sequer a embarcar, supressão sistemática de carreiras, incumprimento dos horários, desconforto. Em suma: uma prática lesiva do serviço público, prestada, para agravante, em veículos sem condições (as janelas sem abertura, ar condicionado inexistente ou sem funcionamento, sujeição a altas temperaturas, falta de ventilação e elevada exposição ao sol).

De algum modo, idêntica é a situação no Grupo Transtejo, que sofreu ao longo dos anos, pelos sucessivos Governos, um processo de desinvestimento e desorçamentação que tinha por objectivo claro o caminho da privatização desta empresa pública de transporte fluvial.

O processo de privatização anunciado foi, felizmente, revertido. Mas não eliminadas as dificuldades introduzidas no sistema que não garantem a mobilidade necessária e com qualidade a milhares de montijenses e demais utentes.

Cabe ao Estado garantir o direito constitucional à mobilidade. Como é compromisso da CDU uma gestão respeitada, que vá à luta pelos interesses de Montijo, a gestão municipal exigirá, junto das entidades competentes:

- A libertação de verbas imediatas por parte do Governo que garantam a referida reparação.
- Garantias do Conselho de Administração do Grupo Transtejo do tão falado Plano de Manutenção, e da sua execução imediata, de forma a cumprirem o Contracto de Prestação de Serviço Público assinado com o Estado Português.

- A reversão do Regime Jurídico do Serviço Público do Transporte de Passageiros, aprovado pela Lei n.º 52/2015, de 9 de Junho, que fragilizou ainda mais e de forma grave a capacidade de fiscalização e controlo das autoridades sobre as empresas e a prestação do serviço por elas prestado;
- A melhoria da oferta do Transporte Público, através da reposição e reforço – e não da retirada e supressão – de carreiras e serviços, horários, itinerários e condições de conforto, correspondendo às reais necessidades das populações no domínio Rodoviário;
- A reposição da qualidade do serviço público no transporte público fluvial, repondo carreiras, mantendo navios e pontões, realizando reparações rápidas e agilizando certificados de navegabilidade;
- A dotação dos meios humanos, financeiros e técnicos necessários às autoridades competentes, designadamente à Área Metropolitana de Lisboa, promovendo as condições adequadas para exercer as competências e atribuições previstas na legislação, quanto à fiscalização, coordenação e supervisão e à garantia do cumprimento das obrigações de prestação do serviço de transporte público;

Mas a relevância estratégica do **RIO** para o nosso desenvolvimento sustentado, a sua centralidade para a regeneração e requalificação urbanas, a directa e indirecta influência destas na economia e no comércio tradicional, exigem que os montijenses usufruam de **um Interface de transporte rodoviário, individual e ciclável** que tenha em conta os seguintes princípios:

- Fluidez no transbordo e facilidade de circulação;
- Conforto e segurança na circulação e nos períodos de espera;
- Disponibilidade de informação sobre serviços;
- Percepção de unidade do espaço;
- Sem aumento de custo.

Este investimento ganhará ainda maior acuidade com um tipo de título de transporte/passe intermodal, que defendemos desde há muito.

Este Interface, num raio de proximidade com a **estrutura ferroviária**, dará capacidade a Montijo para ocupar o lugar que lhe cabe no desenvolvimento da rede nacional ferroviária, prevista no Plano Ferroviário Nacional, contemplado na estratégia regional do PEDEPES, que as EQUIPAS 1 e 2 do PDM MONTIJO defenderam e defendem de “melhor aproveitamento concelhio deste e dos outros acessos ferroviários”.

Aproveitando a oportunidade de uma frente ribeirinha de excelência, e da importância que tem Montijo nos movimentos pendulares dentro da Área Metropolitana, a gestão liderará a redescoberta do transporte público, chamará as entidades públicas a apagar imagens negativas de uma deslocalização de consequências frustrantes, **dará escala à reivindicação aprofundada do**

regresso do transporte fluvial aos Montijenses e devolverá à cidade, ao território e a todos os potenciais passageiros, mobilidade, conforto, segurança e qualidade de vida.

Como opções complementares da interface serão:

- Conectadas as vias cicláveis entre si e com esta realidade, com a cidade e, progressivamente, com todas as áreas urbanas;
- Implementação de um projecto piloto de bicicletas partilhadas;
- Será diligenciada a conclusão de Circular Externa e desencadeadas todas as acções conducentes à construção de novos e expeditos acessos à Ponte, hoje inacabados, que constituirão, a curto/médio prazo, um benefício económico para as famílias e para a região.

ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E URBANISMO:

Vale, ainda hoje (!) um Plano Director Municipal, elaborado e aprovado em GESTÃO da CDU (1997), que teve a qualidade e capacidade para absorver as grandes infraestruturas viárias, Ponte Vasco da Gama e IC32, e toda a grande pressão urbanística na Área Metropolitana de Lisboa, que não teve quaisquer alterações significativas por quase 20 anos.

Só esta capacidade que as Autarquias CDU tiveram no planeamento do Território pode explicar que a Câmara de Montijo não tenha sentido necessidade de elaborar e pôr em prática instrumentos de ordenamento que estabelecessem um modelo de crescimento urbano.

A CDU assume como **prioridade rever o PDM** que devia ter sido revisto em 2007! Como elementos centrais da sua visão do Território, as Autarquias CDU rejeitarão a ideia da gestão PS de aumento significativo do perímetro urbano e defenderão as áreas actualmente classificadas como Espaço Agrícola no PDM em vigor, totalmente abrangidas por Reserva Ecológica Nacional.

O planeamento político territorial da CDU passa pela **contenção do perímetro urbano da cidade do Montijo**, que é bastante grande e possui ainda grandes espaços intersticiais que permitem suportar o crescimento urbano habitacional expectável para as próximas décadas libertando-se, assim, estas áreas urbanizáveis para situações mistas onde possam coexistir Espaços de Actividades Económicas a Estruturar, Espaços Habitacionais e Espaços Para Equipamentos de vária ordem.

O planeamento estratégico deve obstaculizar o aumento do perímetro urbano até ao limite da BA6, que limite qualquer possibilidade ou necessidade de equacionar com rigor a afetação desta área, nesta dinâmica ou de qualquer outra que aqui se venha a instalar, que possa impedir crescimento, reconfiguração ou alteração, uma vez que pela sua localização física não existe qualquer outra alternativa.

A CDU privilegiará o planeamento de acções e de investimentos na lógica da histórica decisão da construção do Novo Aeroporto de Lisboa, no Campo de Tiro (80% no território da freguesia de Canha), e defenderá, junto do Governo do país, esta decisão, porque é a que melhor serve a zona Este, Canha, o desenvolvimento do concelho, a economia de todo o Montijo, o país, passando por Pegões e repercutindo-se na própria cidade.

Simultaneamente, pondo fim a quase duas décadas de desistência municipal, com vários estudos encomendados e concursos públicos realizados para a **zona ribeirinha, a CDU recuperará a iniciativa municipal coerente e estratégica com vista à regeneração da referida faixa, quer a nascente quer a poente do Cais dos Vapores.**

A água é um dos principais factores de localização, origem e desenvolvimento de aglomerados urbanos, pelo que, a existência de uma via de comunicação natural como o rio, foi e será sempre determinante para registar a história e a identidade da Aldeia Galega, agora Montijo. O **RIO** é, recorda-se, uma das linhas-mestras do Programa de Trabalho CDU para as próximas décadas.

A redescoberta do valor paisagístico e ambiental das frentes ribeirinhas tem levado muitas cidades nos últimos anos a desenvolverem um esforço e um conjunto de medidas estratégicas de ordenamento territorial para esses espaços, tal como se tem vindo a observar nas intervenções recentes protagonizadas pelos municípios vizinhos de Alcochete, Moita, Barreiro e Seixal.

Neste sentido, a requalificação urbana da zona ribeirinha, não só ao longo das suas margens, como também na área de terra envolvente, é assumida como uma das prioridades para favorecer a dinâmica da cidade e do concelho, o aparecimento de novas centralidades e a melhoria da acessibilidade da população ao plano de água do estuário do Tejo para a realização das mais diversas actividades.

A CDU promoverá, com os instrumentos existentes, urgentemente, um programa estratégico para toda a zona ribeirinha mediante a concretização de medidas sectoriais e devidamente calendarizadas, por forma a mostrar aos Montijenses que há um caminho sustentável a percorrer no âmbito do interesse público.

Uma das medidas relevantes, para a CDU, residirá no empenhamento total pelo desassoreamento do rio entre o cais de recreio e de pesca.

A CDU declara que não faz sentido que uma cidade como Montijo tenha apenas acesso pelo rio durante o período de maré cheia, condicionando não só os pescadores na utilização do cais de pesca e rampa de varadouro, mas também os amantes de náutica de recreio impedidos de poderem visitar e usufruir da cidade. Assume-se indispensável recuperar as condições de

navegabilidade do rio até à cidade de Montijo a qualquer hora do dia ou da noite.

Pela relevância financeira desta operação, **o município empenhar-se-á para uma abordagem interinstitucional e intermunicipal e com as entidades responsáveis do Estado Central, nomeadamente no quadro de fundos comunitários, com os municípios vizinhos, com o propósito de ser implementado num projecto global para a dragagem dos locais mais apropriados de cada concelho, por forma a garantir o acesso de embarcações a qualquer uma das comunidades ribeirinhas.**

Este esforço de convergência com outros municípios e estruturas de tutela não obstará à consideração da construção de um dique com comportas a funcionar sincronizado com as marés.

A afirmação de uma visão intermunicipal sobre esta prioridade trará um enorme potencial para a Península de Setúbal, na medida em que iria abrir várias “portas de entrada” para a península, e despoletaria a realização de um conjunto de actividades ligadas ao rio com a criação de novos projectos e oportunidades que seriam essenciais para devolver a identidade e a vida sustentável das populações ribeirinhas.

Assim, nesta lógica, ligando-a com a política de transportes que o Município defenderá, e com a relevância estratégica do RIO, a CDU assume o compromisso de tudo fazer para que se torne possível a revitalização do Cais dos Vapores, assente num cenário mais dinâmico com chegada e partida pelo rio de novos visitantes, suportado por um projecto global de requalificação e criação de novos espaços públicos, um interface.

Trata-se de uma visão de futuro e que honrará a identidade de Montijo, afastando a política medíocre do Passeio do Cais, com cerca de 90m de comprimento, atrofiado entre os edifícios e os arruamentos, e que foi apresentado pela gestão ora fim de ciclo como um ex-libris para a população da cidade. Na verdade, quem circular neste curto passeio ou estiver sentado numa esplanada de um dos estabelecimentos, tudo o que vê pela frente é um enorme mar de carros estacionados e muito pouco da paisagem ribeirinha.

SERVIÇOS PÚBLICOS DE HIGIENE, LIMPEZA, TRATAMENTO DOS ESPAÇOS VERDES E JARDINAGEM:

A gestão CDU das Autarquias de Montijo assumirá a GESTÃO PÚBLICA na área da Qualidade do Ambiente, tendo como prioridades da Divisão de Obras, Serviços Urbanos, Ambiente e Qualidade de Vida:

- **a elaboração de um Diagnóstico pormenorizado às instalações postas ao Serviço desta Divisão,** que contenha a caracterização rigorosa da frota,

do seu estado, das suas manutenções periódicas, das necessidades em equipamento, instrumentos e ferramentas, em pessoal por área funcional em concreto;

- E, naturalmente, **o estudo financeiro de alternativas para a requalificação de instalações que se ajustem às exigências do concelho e que contemple, se necessário, as sugestões de outras soluções para os casos em que os recursos disponíveis não sejam possíveis de recuperação.**
- **A gestão CDU assumirá, logo que estejam reunidas as condições necessárias, a quebra progressiva da contratualização externa nas áreas ligadas a esta Divisão Orgânica;**
- **A gestão CDU assume a PRIORIDADE de planear e preparar a logística, e o enquadramento financeiro dos recursos humanos para a criação, no mandato de 2017-2021, de condições para que a máquina desta Divisão Orgânica opere também a partir das Freguesias de Canha e da Pegões.**
- **A gestão CDU adoptará, em Gestão Participada com as populações, a melhor forma cuidar das zonas verdes que cresceram sem planeamento estratégico, considerando todas as soluções técnicas, competentes, amigas do ambiente e sustentáveis.**

TRÂNSITO E SEGURANÇA RODOVIÁRIA:

Será realizada a monitorização e a identificação das zonas de acumulação de acidentes das vias rodoviárias existentes no concelho; De acordo com a gravidade das situações serão programadas as obras para intervenção correctiva de engenharia nas estradas municipais que são causais a essas zonas perigosas onde se concentram os acidentes;

Nas zonas de acumulação de acidentes existentes em estradas não municipais serão alertadas as entidades responsáveis para promoverem as céleres intervenções correctivas de modo a eliminar essas zonas perigosas.

AMBIENTE E BEM-ESTAR ANIMAL:

Trabalharemos em medidas que visem a redução do abandono, contribuindo para a diminuição do número de animais acolhidos no centro de recolha oficial, criando condições sustentáveis para a manutenção do mesmo.

Implementaremos, prontamente, programas de esterilização diferenciados, proporcionando por um lado, programas de esterilização gratuitos às comunidades mais carenciadas residentes no Concelho e por outro, programas de esterilização a preços de custo (ou preços reduzidos) à restante comunidade.

Promoveremos e potenciaremos a colaboração e envolvimento de toda a comunidade com acções (mostra de animais acolhidos nos centros de recolha oficial disponíveis para adopção) e eventos organizados pela Câmara Municipal

ou Juntas de Freguesia, tais como feiras, exposições e festas, aí promovendo campanhas de sensibilização, em todo o concelho, com vista à protecção e cuidado animal.

Criaremos de forma gradual e sustentada vários espaços públicos vedados para recreio dos animais de estimação dos municípios.

Procederemos a uma intervenção rigorosa no Centro de Recolha Oficial/canil, dotando-o de instalações:

- concebidas de modo a permitir que os animais, materiais e trabalhadores municipais possam circular nas áreas devidas, minimizando possíveis contaminações que ponham em risco a saúde das pessoas e dos animais;
- interiores e exteriores mantidas em corretas condições de conservação e de higiene;
- com áreas distintas de quarentena, isolamento, enfermaria, zona de fêmeas com ninhadas, sequestro antirrábico e zonas de adopção;
- com espaço adequado às suas necessidades fisiológicas e etológicas, permitindo a prática de exercício físico adequado e a fuga e refúgio de animais sujeitos a agressão por parte de outros;
- com alojamentos adequados às fêmeas em período de incubação, de gestação ou com crias;
- equipadas de acordo com as necessidades específicas dos animais que albergam, contando, nomeadamente, com uma zona específica e adequada para a higiene dos animais (banhos, escovagens e tosquiadas).

Por cada animal que dê entrada num centro de recolha oficial deverá ser garantida a realização de uma avaliação clínica médico-veterinária, mantendo o animal numa zona reservada, permitindo evitar a mistura de animais doentes com animais saudáveis.

Desenvolveremos um Manual de Procedimentos onde estejam sistematizadas as normas internas de funcionamento da instalação por forma a proporcionar as melhores condições de saúde e de bem-estar dos animais acolhidos e que defina regras adequadas para:

- Entrada de Animais;
- Condições de Salubridade;
- Estadia de Animais;
- Adopções de Animais.

Proveremos a colaboração, apoio e intervenção de entidades formais e informais de cidadãos defensores do bem-estar animal, na dinâmica do Centro de Recolha Oficial.

B) Educação para a Cidadania e a Participação

O compromisso de defesa da Escola Pública como garante do acesso a uma educação de qualidade a toda a população orientará todas as acções da competência municipal e será o alicerce das políticas educativas locais a desenvolver, em conjunto com os agentes educativos.

Move-nos a promoção de um ensino de excelência com espaços de qualidade, associados a recursos educativos adequados e motivadores.

Contribuir para a interligação entre as dinâmicas das várias escolas e agrupamentos, criando uma rede de escolas de qualidade, devidamente articuladas entre si e com a comunidade, é também um dos nossos objectivos.

A monitorização da Carta Educativa do Concelho, de acordo com as reais necessidades do município, numa perspectiva de qualidade e excelência, mas viável e que aponte o rumo que se pretende construir e melhorar, envolvendo, de forma efectiva, a comunidade e todos os agentes educativos na recolha de opiniões e contributos, será uma prioridade.

Diligenciaremos junto da Tutela - o Ministério da Educação -, que se proceda às obras necessárias nas escolas da sua responsabilidade (nomeadamente a Escola Poeta Joaquim Serra).

Defenderemos, não a aritmética do ratio auxiliar/aluno, mas o reforço indispensável do pessoal não docente.

Definiremos, em conjunto com as escolas e com a comunidade educativa, estratégias para a integração de todas as crianças e jovens na comunidade educativa.

Promoveremos a recepção ao pessoal docente, familiarizando-o com a realidade sociológica, cultural e económica onde exercerão funções.

Asseguraremos a construção de um Ensino para a cidadania, a intervenção cívica e o exercício dos direitos.

Assumiremos como prioridade a planificação estratégica da inserção do Montijo num Sistema Regional de Educação, aqui incluindo a Escola Profissional e o Ensino Universitário.

Defenderemos o investimento na Escola Pública pelo que nos oporemos ao encerramento de escolas, a futuros desenvolvimentos na municipalização do ensino e exigiremos a assunção pelo Governo Central das competências que lhe cabem na função educativa do Estado.

Definiremos uma política integrada para a Educação, que potencie e torne apelativa uma oferta que dê particular relevo no contexto regional à herança cultural na música e artes performativas.

Diligenciaremos para a integração do território na rede pública de ensino superior, por forma a oferecer no território opções que tenham directa influência nos alicerces do nosso desenvolvimento sustentado, nomeadamente no **TERRITÓRIO** e no **TRABALHO**.

PRÉ-ESCOLAR

Garantir a cobertura da educação pré-escolar a todas as crianças a partir dos três anos. Inserir todos os jardins-de-infância em estabelecimentos da tipologia EB1/JI.

Assumir o compromisso de olhar os recreios como local de fruição e construção do ser, adequando-os à faixa etária das crianças do pré-escolar, dotando-os das condições necessárias para o maior e melhor desenvolvimento de todas as crianças.

ENSINO BÁSICO, SECUNDÁRIO

Adaptar os edifícios escolares às necessidades atuais e futuras, com acessos facilitados e criando espaços de qualidade para o desenvolvimento das Actividades de Enriquecimento Curricular (AEC).

Exigir a rápida remoção das placas de amianto que existam nas escolas do nosso concelho.

Promover o trabalho em rede entre todas as escolas/agrupamentos do concelho, de modo a que os seus projectos educativos possam participar na elaboração de Projectos Educativos Municipais, visando a defesa do património cultural e ambiental do concelho.

Reintroduzir, apoiando e dinamizando, a Mostra de Projectos Educativos, que se traduzirá no momento de publicação e partilha do que de melhor se faz nas nossas escolas.

Dinamizar o Conselho Municipal de Educação que, enquanto órgão consultivo, deverá passar a ser uma estrutura de promoção da política educativa.

Apoiar as escolas na criação e manutenção de unidades de apoio aos alunos e crianças com Necessidades Educativas Especiais (NEE).

Dotar as escolas de acessibilidade para pessoas com mobilidade reduzida.

ENSINO PROFISSIONAL:

Articular com as escolas e centros de formação, uma oferta formativa contextualizada, estabelecendo redes com o tecido empresarial local, visando acordos partilhados de colaboração para a concretização do Plano Estratégico Concelhio para as Actividades Económicas, de modo a que as expectativas dos jovens possam encontrar, no concelho, as respostas necessárias e que, simultaneamente, contribua para o desenvolvimento e qualidade do trabalho.

Apostar na oferta de excelência nas artes, concretamente na música, dança e teatro, desenvolvida pelo CRAM, pela Companhia Mascarenhas-Martins, e também por outros agentes privados e associativos, garantindo uma forte dinâmica de atracção no território.

ACÇÃO SOCIAL ESCOLAR

Desenvolver, ao longo do mandato, em conjunto com as escolas e as comunidades educativas locais, uma bolsa de fornecimento e troca de Manuais Escolares.

Criar Equipas Multidisciplinares de apoio às escolas e famílias, constituídas por psicólogos, assistentes sociais, educadores sociais, terapeutas, mediadores e animadores sociais que prestarão apoios a todas as escolas/agrupamentos, com particular incidência nas zonas em que se revele mais necessário.

ASSOCIAÇÕES DE PAIS:

Apoiar e valorizar a acção das Associações de Pais enquanto elemento fundamental na relação entre a escola e a família.

C) Coesão do Tecido Social

JUVENTUDE:

A gestão municipal CDU não assumirá uma visão paternalista de apoio à juventude, ao contrário pretende proporcionar as ferramentas que potenciem a criatividade, dinâmica e vontade de participação cívica dos jovens. Os eixos principais do PROGRAMA DE TRABALHO CDU são:

Apoiar os jovens criadores culturais, organizando iniciativas regulares de exposição e mostra das suas produções, com a cedência de espaços para esse efeito;

Apoiar as jovens bandas e artistas musicais do concelho para que possam ter acesso a condições de ensaio e gravação de maquetas, bem como a oportunidades de actuação ao vivo, designadamente promovendo eventos que reúnam as jovens bandas e artistas do concelho;

Dinamizar, em parceria com as Juntas de Freguesia, a intervenção de jovens graffítters e artistas plásticos do concelho, para a revitalização de espaços degradados e dos centros urbanos das nossas freguesias.

Fazer da Câmara Municipal um parceiro na procura de habitação jovem, com aconselhamento jurídico e financeiro no Gabinete de Apoio à Juventude (GAJ) e procurando estabelecer parcerias com entidades bancárias e outros intervenientes no sector imobiliário detentores de fracções devolutas.

Apoiar os jovens, através de um Gabinete de Apoio à Juventude (GAJ), na procura de emprego, com a criação de um portal de oferta/procura de emprego.

Criar e dinamizar Fórum Municipal da Juventude, regulamentando e divulgando a sua existência e seus objectivos, realizando reuniões de forma descentralizada pelas diversas freguesias e promovendo sessões abertas à participação de todos os jovens e de grupos com carácter informal.

SENIORES:

Apoiar as Associações de Reformados e Pensionistas.

Promover o Projecto “Montijo uma Família”, para a massificação localizada em cada Freguesia e ao mesmo tempo Unir o Montijo (Este, Oeste, Freguesia a Freguesia) “num só”, promovendo e incentivar a participação desta faixa etária nas instituições locais em programas intergeracionais.

Continuar a promover a rede da Universidade Sénior, articulando-a com as escolas, universidades, outras instituições e agentes do território e planificar a sua localização numa área central, dotada de condições para o convívio, o lazer e o desporto.

Promover e apoiar programas de desporto sénior disponibilizando espaços direccionados para a população sénior (aparelhos de recuperação física/postural e manutenção).

Concentração dos parques geriátricos em espaços adequados, com uma informação bem explícita para que a população, cuidando em particular dos espaços para deficientes e piso sinalizado – mudança de piso, textura ou tinta diferente e de passadeiras para invisuais.

Manter e apoiar actividades que promovam o turismo sénior, alargando o leque dos que lhe têm acesso.

Apoiar o alargamento da Rede Concelhia de Apoio Domiciliário, através das entidades vocacionadas para esta actividade.

Criar, em conjunto com as Juntas de Freguesia e dos agentes locais, uma base de dados, em permanente actualização, dos idosos em situação de isolamento e risco.

Articular com as forças de segurança e outras instituições locais, programas de apoio aos idosos em situação de isolamento, no sentido de prevenir situações de risco.

Criar uma rede de entreajuda, com sede nas associações de reformados e pensionistas e com o comércio local, para pequenas deslocações, recados e compras.

Criar um programa municipal, descentralizado na Juntas de Freguesia, de pequenas obras e arranjos.

Fomentar e apoiar a criação de Centros de Dia e lares, quer pela rede pública, quer pelas Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS).

CULTURA:

Entendemos que é através da construção e participação cultural que as pessoas transformam o mundo e se emancipam individual e colectivamente. A divulgação da criação artística e cultural das pessoas, dos seus hábitos e costumes e a capacidade de se recriarem enquanto comunidade, é pois, para nós, fundamental. Factor de soberania e de formação da identidade num processo aberto, interagindo com a cultura regional, metropolitanas, nacional e internacional.

Para tanto, importa:

Garantir a criação das Carta Cultural e Desportiva concelhia.

Fazer da Cultura a alavanca e o cimento para a reconstrução da Identidade do concelho de Montijo, nas várias especificidades das nossas comunidades.

Contratualizar Contratos-Programa de Desenvolvimento Cultural e Social com todas as associações e agentes desta área.

Realizar bianualmente, com início em 2018, os FÓRUNS CULTURAL e DESPORTIVO do concelho, onde se consensualize a política municipal e as prioridades específicas das freguesias para estas áreas, assegurando a descentralização cultural e a democraticidade da cultura.

Potenciar espaços e circuitos de actuação de bandas, orquestras, grupos de dança e artes performativas do Movimento Associativo do concelho, bem como de outras formações musicais jovens e amadoras (jazz, música de câmara, etc.), criando novos públicos e oportunidades de espectáculo.

MUSEUS:

Criar verdadeiras dinâmicas dos Museus Municipais, potenciar e divulgar o seu espólio, garantindo as condições de funcionamento, para que os mesmos assumam o papel de referência na divulgação das actividades culturais e históricas, municipais, nacionais e internacionais e a promoção do nosso património.

Considerar como estratégico para o Município a municipalização das edificações que o justifiquem, promovendo as ações para tanto indispensáveis, como forma de promover a nossa identidade.

Potenciar a utilização por públicos vários, nomeadamente especialistas, do acervo documental do Maestro Jorge Peixinho, criando condições para a sua conservação e exposição num espaço nobre municipal que o acolha.

BIBLIOTECAS E ARQUIVOS:

Dar todo o apoio e valorização à dinâmica da Biblioteca Municipal Biblioteca Municipal Manuel Giraldes da Silva, modernizando a dinâmica do seu funcionamento, da sua oferta e da preservação do seu espólio.

Prestar idêntico apoio aos Polos de Leitura Pública do concelho e à concepção do Bibliobus.

Apoiar as bibliotecas na participação de concursos nacionais e internacionais, na divulgação da produção literária local e na partilha de práticas inovadoras de funcionamento das bibliotecas.

Promover uma maior articulação entre as bibliotecas escolares, bibliotecas locais e Biblioteca Municipal, tornando-as numa rede articulada de promoção da leitura e complementando-se nesse mesmo objectivo.

Promoção e divulgação da documentação relativa à história local e regional existente nos arquivos municipais.

ATIVIDADES ARTÍSTICAS:

Promover um intenso apoio à formação e divulgação no domínio das artes plásticas e das artes de espectáculo, como o cinema, o teatro, a dança e a música.

Fomentar uma Rede de Arte que concretizará, na prática, a Política Cultural municipal, consensualizada no FÓRUM CULTURAL, e que permitirá a utilização e rentabilização de espaços na divulgação e descentralização, por todo o concelho, da produção artística e cultural.

Apoiar a vertente de ligação e concepção das Festas e Festividades do Concelho retomando aquelas que foram o ex-libris do Montijo e que integram a sua Identidade.

Criar eventos regulares, descentralizados, que se tornem espaços de participação e convívio marcante, ao nível da Área Metropolitana de Lisboa, para a divulgação das produções culturais locais, nacionais e estrangeiras.

SAÚDE:

Pautaremos a nossa intervenção na exigência da prestação de cuidados de saúde de qualidade, exigindo da Administração Central que o concelho seja dotado de uma rede de infraestruturas de saúde e recursos materiais e humanos adequados. Assim o compromisso de:

Reivindicar, junto do Ministério da Saúde, no plano do direito constitucional à saúde, a renegociação do Protocolo entre a CMM e a tutela ministerial da área da Saúde, relativa ao funcionamento do nosso Hospital e das unidades de saúde no concelho, até à construção do novo Hospital Público de Montijo/Alcochete.

Renegociar o Protocolado com a AESLVT para o Hospital, recuperando os cuidados de saúde prestados, e exigindo, como absolutamente prioritárias, as áreas de especialidades de ortopedia, cirurgia, cardiologia e medicina interna com consultas externas em várias valências (pediatria, urologia, pediatria, entre outras).

Intervir, igualmente, no que se refere aos acessos, transportes e estacionamento, sem abdicar da construção de uma nova unidade pública
Monitorizar e acompanhar o Protocolo, designadamente

Reivindicar a melhoria e a cobertura concelhia dos Centros e Extensões de Saúde, tanto do ponto de vista das instalações, como do pessoal de saúde aos mesmos afecto.

EDUCAÇÃO PARA A SAÚDE:

Desenvolver operações de rastreio de determinadas doenças e acções no âmbito da prevenção de doenças e promoção de estilos de vida saudáveis, implementando as melhores políticas municipais, em parceria com entidades públicas e privadas, com particular atenção no combate ao sedentarismo e obesidade, nomeadamente nos jovens, e na prevenção do consumo do tabaco, álcool e substâncias tóxicas.

Dinamizar a participação activa de Montijo na Rede Portuguesa de Municípios Saudáveis, em parceria com entidades públicas e privadas, com particular atenção no combate ao sedentarismo e obesidade, nomeadamente nos jovens, e na prevenção do consumo do tabaco, álcool e substâncias tóxicas.

Criar um moderno, integrado, multidisciplinar, "Plano Montijo Saudável".

Criar o Conselho Municipal de Saúde, indispensável no acompanhamento dos assuntos da saúde no concelho.

ACÇÃO SOCIAL:

Criar um Plano de Desenvolvimento Social que abranja as áreas e grupos mais vulneráveis do concelho, envolvendo as instituições locais e a participação efectiva dos destinatários. Aprofundar as respostas às situações de emergência, em parceria com as instituições locais e da administração central,

não deixando de exigir do Governo a assunção das respostas adequadas a tais situações.

Intervir activamente no acompanhamento das políticas públicas para a eliminação das bolsas de pobreza, dando particular atenção, no plano que se prende com o processo de ensino-aprendizagem, ao apoio às famílias mais carenciadas.

Apoio à Infância, Berçários e Creches; promover o alargamento da oferta existente, quer na rede pública, quer em colaboração com as instituições locais.

IPSSs:

Apoiar as Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) na sua actividade e beneficiação dos seus equipamentos, nomeadamente para o apoio à infância e aos idosos.

Contratualizar Contratos-Programa de Apoio às IPSS, nos planos técnico, para a Construção e Beneficiação de Edifícios e Equipamentos com base no princípio da comparticipação e assente em critérios transparentes e publicitados.

Acompanhar as IPSS na sua relação com entidades que promovam projectos de apoio social, nomeadamente na elaboração de candidaturas.

Exigir da Segurança Social o alargamento dos protocolos com as IPSS do concelho nas várias valências, designadamente para aproveitar capacidades e equipamentos já instalados e que não estão ao serviço das populações, bem como para apoiar novos investimentos.

PESSOAS COM DEFICIÊNCIA:

Criar a Provedoria do Cidadão com Deficiência.

Apoiar a criação de um Centro de Actividades Ocupacionais e Formação Profissional para jovens e jovens adultos com deficiência, em parceria com as instituições locais vocacionadas para tal.

Promover, em articulação com as Juntas de Freguesia, o levantamento sistemático das barreiras arquitectónicas existentes nos edifícios e espaços públicos, visando eliminá-las.

Desenvolver programas de adaptação das informações municipais, palestras, reuniões, seminários, publicações, para cidadãos amblíopes, cegos e surdos.

Iniciar um Programa de adaptação dos espaços municipais às disposições do Decreto-Lei n.º63/2006 de 8 de Agosto aprovou o regime da acessibilidade aos edifícios e estabelecimentos que recebem público, garantindo o direito da acessibilidade para todos.

Promover a prática de desportos adaptados, organizando encontros e competições das diversas modalidades.

POPULAÇÃO MIGRANTE:

Acompanhar as situações de grupos de migrantes que se fixam no nosso concelho, apoiando na procura de respostas adequadas às expectativas dos mesmos.

Articular com as representações diplomáticas da população migrante, residente no território, a promoção de programas de intercâmbio em vários domínios.

Criar um Programa de integração da população migrante nos locais onde se fixam, que em articulação com as escolas e agrupamentos, faculte aulas de Português para os habitantes cuja língua materna não é o Português.

Articular e conhecer os programas que o Centro Português de Refugiados desenvolve, criando condições para uma maior inserção nas dinâmicas locais.

DESPORTO:

Promoveremos uma política de acesso à prática desportiva, valorizando o seu papel formativo e educativo, rentabilizando os recursos e experiências existentes.

Apoiar a beneficiação das instalações desportivas das associações, com especial relevo às que permitam a formação e a prática alargada de modalidades desportivas variadas.

Promover anualmente os “Jogos do Montijo” nas diferentes modalidades desportivas e adaptadas, permitindo a inscrição de equipas federadas ou amadoras, mas também de grupos informais nas vertentes masculina e feminina.

Promover a prática desportiva nas Escolas do 1º Ciclo do Ensino Básico e dotá-las de condições par tal.

Retomar a dinâmica e filosofia do projecto Interescolas, envolvendo na sua planificação e execução os agentes educativos locais.

Organizar, com o envolvimento de associações e grupos locais, o Plano Descentralizado de Caminhadas - Todos a andar, divulgando o património cultural, ambiental e gastronómico.

Criar um programa de apoio à prática de desporto informal, permitindo a utilização dos espaços desportivos hoje sem utilização. Dinamizar a prática informal em locais e acções centrais e pontuais.

Realizar anualmente os “Jogos Tradicionais” que, envolvendo as diferentes colectividades do concelho e Associações de Reformados, proporcionem um convívio entre diferentes gerações.

Promover uma intervenção profunda na Piscina Municipal à altura da sua importância e das responsabilidades do Município. Modelar e reorientar o espaço envolvente, permitindo a sua apropriação pela comunidade, numa lógica de “mini” complexo desportivo de um “Saldanha a mexer”.

ASSOCIAÇÕES E COLETIVIDADES:

Reconhecer o Movimento Associativo como parceiro estratégico do Município na satisfação, entre outras, das necessidades colectivas da prática desportiva, de cultura e recreio.

A estrutura da Câmara organizada na forma de Gabinete de Apoio ao Associativismo, será um interlocutor próprio e directo do Movimento Associativo e Popular, não só intervindo na contratualização de Contratos-Programa, mas garantia do acesso a apoios no plano legal, contabilístico ou de outro tipo, que promova a formação dos dirigentes associativos e sensibilize os empregadores do Concelho para o cumprimento do seu Estatuto legal. Aplicar-se-á uma política clara, rigorosa, transparente e equitativa de apoio ao MA que:

- Será criado um novo Regulamento Municipal de Apoios, com a participação do MAP e das suas estruturas representativas;
- Elaborar-se-á um Regulamento do Estatuto de Utilidade Pública Municipal, que garanta a atribuição de um conjunto significativo de vantagens e benefícios ao MAP, com regras claras, objectivas, transparentes, comparáveis, de acordo com as dinâmicas implicadas;
- Criar-se-á uma página, no sítio da Câmara, onde passarão a figurar todos os apoios concedidos ao MA e onde se fará a promoção de todas as actividades e momentos significativos da dinâmica associativa;
- Reestruturar-se-á o Gabinete de Apoio ao MAP para, entre outras matérias:
- apoiar e esclarecer as colectividades quanto a questões legais, contabilísticas e outras;
- criar e implementar um plano de formação para o MAP, que responda às reais necessidades existentes;
- desenvolver projectos que promovam, junto dos vários empregadores do concelho (públicos e privados), o integral cumprimento do Estatuto do Dirigente Associativo Voluntário.

SEGURANÇA PÚBLICA:

A garantia da segurança das pessoas, tanto a nível policial como no domínio da protecção civil, é para nós assunto da maior importância.

Exigiremos mais e melhores meios para a PSP e GNR, garantindo a manutenção das esquadras e quartéis existentes.

Exigiremos o reforço dos meios humanos e materiais indispensáveis ao exercício da prevenção, à implementação de uma verdadeira polícia de proximidade, e à promoção da segurança no concelho.

Lutaremos por programas integrados de segurança e tranquilidade públicas para bairros e localidades especialmente vulneráveis.

Desenvolveremos, junto das forças de segurança, um apoio firme à Escola Segura.

Adequaremos o plano de iluminação pública às necessidades de segurança das populações.

BOMBEIROS E PROTEÇÃO CIVIL:

Elaborar o levantamento exaustivo dos edifícios municipais (incluindo todos os equipamentos educativos) dos Planos de Evacuação e Segurança.

Execução e implementação todas as medidas necessárias de auto protecção em edifícios municipais (incluindo todos os equipamentos educativos), e nos casos aplicáveis promover acções de sensibilização formação, de forma a minorar o risco em caso de incêndio.

Promover simulacros e ensaios, em todos os edifícios municipais, de situações de emergência. Instalar mecanismos de vigilância automática de incêndios.

Aprofundar a política de apoio às Associações de Bombeiros do concelho, entidades relevantes e insubstituíveis no domínio da prevenção e acção de socorro às populações.

Promover e apoiar a nível das freguesias as Unidades Locais de Protecção Civil.

Dinamizar o Conselho Municipal de Segurança, para que cumpra as funções para que foi criado.

Dinamizar a Comissão Municipal de Protecção Civil.

HABITAÇÃO SOCIAL:

São compromissos:

Garantir, com o envolvimento dos órgãos das freguesias, a requalificação e supervisionamento do Parque Habitacional Municipal, monitorizando o Regulamento, garantindo as condições de habitabilidade e dando a maior atenção à necessidade das famílias no contexto do direito constitucional à habitação.

Criar e manter actualizado um diagnóstico rigoroso das necessidades de habitação das populações, articulado com a ocupação das habitações municipais.

Promover a manutenção dos bairros, nomeadamente dos espaços exteriores e áreas comuns, com a colaboração dos Moradores, de forma organizada, no sentido da apropriação do espaço pelos mesmos.

Prevenir o incumprimento por parte dos moradores. Melhorar o tratamento dos processos em contencioso no sentido de combater situações de impunidade e injustiça relativa.

Acompanhar atentamente as necessidades da população e considerar programas e procurar estabelecer parcerias com entidades bancárias e outros intervenientes no sector imobiliário, detentores de fracções devolutas, no sentido do arrendamento a preços comportáveis pelas famílias.

Serviços Municipais modernos, transparentes, participados/ Trabalhadores motivados

SMAS:

A gestão do PS já de duas décadas não conduziu `plena satisfação dos cidadãos, ao combate com sucesso aos desperdícios e à cobertura com qualidade em todo o concelho.

A CDU defende intransigentemente a água pública e empenhar-se-á numa gestão capaz de garantir a qualidade dos serviços públicos de abastecimento de água, saneamento e recolha de resíduos.

À frente da gestão da autarquia, a CDU desenvolverá uma política de investimento que dê prioridade à boa gestão da água e à melhoria da recolha e gestão dos resíduos sólidos através de um adequado planeamento e manutenção das redes, frotas e contentores de resíduos.

A CDU conhece e valoriza a capacidade técnica existente nos SMAS e as situações de insatisfação que ocorrem resultantes duma inadequada gestão de pessoal e procurará potenciar profissionais e sectores de enorme qualidade e valia técnica que se encontram actualmente subaproveitados.

Trabalharemos para pôr fim à má gestão e combater o desperdício existente, investindo na renovação da rede de águas e melhorando o desempenho e planeamento na recolha de resíduos, com o objectivo de prestar um serviço público de maior qualidade, ambientalmente sustentável e reflectindo os ganhos na redução dos custos para os utentes.

UMA GESTÃO DEMOCRÁTICA, PARTICIPADA E TRANSPARENTE:

A verdadeira democracia exige mecanismos de comunicação entre eleitos e eleitores. Exige ligação permanente.

Passa pela participação, informação atempada, audição das opiniões individuais e colectivas e transparência na gestão.

Conosco a atenção aos cidadãos e às suas solicitações e problemas estará no centro de todo o sistema e serviços da autarquia.

São compromissos:

Participação, Informação, Transparência, serão as traves-mestras de um modelo de gestão capaz de promover a participação da população na definição das prioridades e investimentos locais, nomeadamente no Plano de Actividades e Orçamento do Município, através do mecanismo das Opções Participadas - fórum de participação e debate que percorrerá todas as freguesias do Concelho, recolhendo os contributos dos munícipes para o futuro de Montijo.

À disposição dos munícipes que assim o entendam estarão, igualmente, mecanismos online para fazer chegar os seus contributos com resposta, por escrito, pela mesma via, garantida resposta por parte da Autarquia.

Discutir com Juntas de Freguesia, todos os agentes do território, Instituições e comunidades locais, os projectos estruturantes para o seu futuro.

Criar, no sítio da CMM, mecanismos que possibilitem a consulta actualizada e a participação dos munícipes.

Dar prioridade à resposta, de qualidade e em tempo útil, às questões e reclamações que os Munícipes fazem chegar à CMM e SMAS, transformando-as em oportunidades de melhorar continuamente o serviço público.

Promover o Projecto Mais Participação, Mais Futuro, com visitas a todas as freguesias, envolvendo os eleitos com responsabilidades de gestão, técnicos municipais e autarcas dos executivos das freguesias, levantando todas as situações a resolver, permitindo recensear todas e resolve-las posteriormente por acção das autarquias, beneficiando o espaço público e construindo compromissos permanentes com as instituições.

Assumir as reuniões descentralizadas dos órgãos eleitos como momentos de participação da cidadania e a desconcentração de serviços camarários nas áreas das freguesias de Canha, Pegões e Sto Isidro de Pegões como uma absoluta prioridade.

Promover sessões de atendimento descentralizado nas freguesias do Este, pelo Presidente e Vereadores com responsabilidades executivas, com o objectivo de garantir a proximidade dos eleitos aos eleitores e de facilitar a resolução dos seus problemas.

Potenciar os recursos humanos, motivar os trabalhadores e defender os postos de trabalho.

Os recursos humanos são o motor mais precioso de qualquer organização, particularmente do serviço público disporão, progressivamente, de instalações e condições de desempenho de tarefas com toda a dignidade, à altura do século XXI e de uma Autarquia Municipal da Área Metropolitana.

O Município conta com trabalhadores de grande qualidade e valor, capazes de contribuir de forma determinante para o progresso do Concelho. Infelizmente, na última década, a sua participação na gestão municipal foi menorizada ou até esquecida.

Connosco essa situação terminará, porque:

- Defenderemos a dignificação do trabalho e manutenção dos postos de trabalho.
- Apostaremos na melhoria das condições de trabalho, numa consistente política de saúde e segurança no trabalho, de formação profissional, na responsabilização colectiva e individual, como bases para a elevação do nível da prestação de serviços à população.
- Restabeleceremos formas de participação dos trabalhadores na avaliação e definição dos planos de trabalho, visando assegurar maior eficácia, eficiência, economia e equidade.
- Promoveremos o profissionalismo, a dedicação, o gosto pela formação permanente.
- Implementaremos um Sistema de Gestão para a Qualidade.

POR UMA GESTÃO DE RIGOR NAS FINANÇAS MUNICIPAIS:

As finanças municipais constituem sempre condicionantes à capacidade de realização do município a curto, médio e longo prazo, e particularmente exigentes numa gestão rigorosa.

Uma gestão rigorosa dos dinheiros públicos exige o combate sem tréguas à despesa supérflua e ao desperdício, nomeadamente na contratação de assessores e na elaboração externa de estudos técnicos, na aquisição de serviços no exterior que, com vantagem económica, podem ser feitos com meios e recursos municipais, no combate às perdas de água na rede dos SMAS, na capacitação, manutenção e supervisão permanente dos recursos humanos e materiais.

A CDU porá em prática um Programa de Combate ao Desperdício, nomeadamente através de:

- Redução significativa da contratação de assessorias e de estudos técnicos externos;

- Fim da aquisição de serviços no exterior em áreas em que haja meios e recursos municipais capazes de os realizar;
- Identificação de toda a frota municipal com logótipo da CML ou SMAS e monitorização do seu uso adequado;
- Desenvolvimento e implementação de um Plano para a Gestão e Redução das Perdas de Água na rede dos SMAS;
- Criação de uma linha, gratuita para o munícipe, denominada “Alerta Rotural”, que permita o alerta para os SMAS quanto a rupturas ou má utilização da água da rede pública;
- Implementação de um Plano Municipal visando o uso racional e eficaz da energia nas instalações e viaturas municipais;
- Criação de um Plano de Eficiência Energética, nomeadamente através da redução das despesas com a energia na iluminação pública por utilização das energias renováveis (solar) e tecnologia led;
- Racionalização e optimização das despesas com comunicações (móveis, fixas e escritas), através da renegociação de contratos e adequado controlo das mesmas;
- Controlo das despesas com seguros, vigilância e limpeza;
- Reconfiguração das despesas com pessoal, preparando o Município pra superar o défice em assistentes operacionais a que foi conduzido pela omissão da gestão e pela submissão à Troika, de forma a garantir nas próximas décadas a capacidade operativa do Município.

A gestão em fim-de-ciclo sustenta publicamente o rigor e boa saúde dos seus números. Dá como evidência a redução a valor residual dos prazos de pagamentos aos fornecedores. A CDU valoriza e defende a gestão financeira rigorosa, transparente e com suporte legal, mas não se revê num exercício que não faz obra, que se limita a trabalhos de conservação – quantas vezes atabalhoados – ou que apresenta como balanço de mandato uma estrada asfaltada sem saneamento básico, ou um Mercado Municipal sujeito a uma requalificação desastrosa. Tudo, com o fito de juntar uns milhões para um programa de festa contínua e de obras de estaleiro à vista que marcam a política de pré-campanha de quem confunde a presidência da Câmara com acções de candidato.

A CDU reafirma, publicamente, que sujeitará, ganhando as eleições autárquicas de 2017, as Contas Municipais a competente Auditoria Externa que permita tornar pública e transparente a situação financeira do Município e planificar, com o maior rigor, as políticas aqui enunciadas e as respectivas prioridades.

Continuaremos a criar condições para a redução da fiscalidade municipal, nomeadamente do IMI, cuja descida a CDU sempre defendeu e conseguiu impor, mesmo na oposição, no último ano.

Adequaremos o valor da Derrama às necessidades de captar investimento, utilizando-a como instrumento potenciador da fixação de novas empresas e a criação de postos de trabalho.

Exigiremos o reforço de verbas no Orçamento do Estado para as autarquias e o cumprimento da Lei das Finanças Locais.

Exigiremos o adequado financiamento das competências transferidas da Administração Central para as autarquias.

POR UMA CÂMARA RESPEITADA, QUE VÁ À LUTA PELOS INTERESSES DE MONTIJO:

Nos últimos anos Montijo perdeu importância na Área Metropolitana de Lisboa e no País, mercê da política municipal que transformou a cidade num dormitório e se afastou, deliberadamente, das freguesias periurbanas e rurais.

É essencial, indispensável, recuperar o peso político económico, social e cultural do Concelho, exigindo do Poder Central os investimentos necessários e tudo aquilo a que Montijo e a sua inserção na Área Metropolitana têm direito.

Só uma Câmara não subserviente aos interesses dos Governos está em condições de o fazer.

A CDU assume com os habitantes do concelho de Montijo que se empenhará na resolução dos seguintes problemas:

Freguesias - Por todas as vias ao nosso alcance, vamos lutar pela restauração das freguesias extintas no Concelho em resultado do acordo que PS, PSD e CDS-PP assinaram com a troika. Manteremos e aprofundaremos de forma justa e com equidade os contratos entre o Município e as freguesias, reavaliando-os à luz dos princípios normativos e constitucionais.

Saúde - Exigiremos da Administração Central, a adequada prestação de cuidados de saúde aos munícipes e a capacitação de uma rede de infraestruturas ajustada às necessidades dos munícipes. Continuaremos a defender a construção do Hospital do Montijo, num quadro de gestão pública e integrado no Serviço Nacional de Saúde, para dar resposta às necessidades da população de um vasto território e de vários concelhos.

Segurança - Reivindicaremos como prioridade o reforço dos meios humanos e materiais indispensáveis ao exercício da acção policial na área do concelho.

Transportes Públicos - Vamos bater-nos junto do Governo e dos operadores, pela existência de uma oferta de transporte público de qualidade no Concelho, reforçando a frequência, condições, itinerários, alargando os horários e percursos das carreiras. Criaremos um Conselho Municipal de Trânsito, Acessibilidades e Estacionamento, reunindo operadores e serviços municipais

para discussão e busca de soluções para os problemas que afectam o concelho nestas áreas.

D) Montijo, Dinâmica Económica e Emprego

A CDU na gestão municipal assegurará uma estratégia de diálogo e envolvimento directo dos agentes económicos na criação e de desenvolvimento de todas as condições logísticas para a atracção de investimento ambientalmente sustentável e de aproveitamento de todas as condições existentes para a construção de um grande projecto concelhio de desenvolvimento económico e de emprego com direitos.

São compromissos:

Criar o Gabinete para o Investimento, no âmbito dos serviços municipais, que terá como função específica a atracção de novos projectos de investimento para o território de Montijo, incluindo os de empresas já existentes.

Implementar uma nova metodologia no licenciamento dos projectos de investimento, baseada na coordenação dos serviços municipais, de modo a simplificar o processo, reduzir os prazos e melhorar a qualidade da resposta do município.

Promover uma prática de relação e consulta permanente com os agentes económicos do concelho, através da qual serão analisadas as iniciativas municipais para a promoção económica de Montijo.

Apoiar a realização de todos os Eventos que possam promover as Actividades Económicas do concelho. Assumirá como estratégia a requalificação do Pavilhão Acácio Dores, quer do ponto de vista físico, quer do ponto de vista de grande espaço de mostra e divulgação do potencial económico do concelho.

Apoiar a criação de áreas de localização empresarial, com particular incidência em pequenas e médias empresas. Incentivará a ligação com as Empresas residentes em cada área industrial, com as quais serão analisadas as melhores formas de cooperação, em áreas como a da gestão do espaço público, da sinalética e da ocupação de edifícios disponíveis para a instalação de actividades económicas.

Articular com os agentes locais, os projectos de economia social, geradores de oferta de serviços qualificados e de emprego.

Estabelecer relações institucionais com as entidades centrais ligadas à actividade económica (AICEP, IAPMEI, Direcção Regional de Economia).

Apoiar a Qualificação de Recursos Humanos, articulando a oferta formativa com os Centros de Formação do concelho da Região.

Valorizar as fileiras com especial importância no concelho, como são as da Produção, Abate e Transformação de Carne de carne de Porco, da Preparação e Transformação de Cortiça, bem como as da produção Hortícola, Vinícola e Florícola.

Defender e valorizar a pequenas e médias explorações agrícolas e do Mundo Rural.

Apoiar a criação de circuitos de distribuição que permitam o escoamento, em melhores condições, da produção local, nomeadamente de produtos hortícolas através, por exemplo, da distribuição da produção local a cantinas, refeitórios e restaurantes, e da venda em bancas nos mercados municipais e de freguesia, com discriminação positiva para a agricultura familiar.

Incentivar, apoiar e regulamentar a criação de hortas comunitárias/sociais junto nas zonas urbanas do concelho.

COMÉRCIO:

Assumimos como prioridade da gestão o apoio ao Comércio Tradicional, a implementação e/ou cooperação municipal que devolva aos montijenses a centralidade sociológica e económica das suas grandes praças e largos de encontro: a Praça da República e a zona ribeirinha, o Largo das Festas da Atalaia; o Largo do Coreto de Sarilhos e o Largo da Feira de Canha.

Assumiremos uma verdadeira requalificação física e organizacional do Mercado Municipal da cidade, tornando-o num ex-libris do concelho, em permanente diálogo com os concessionários. Defendendo a adequação das taxas a cobrar aos concessionários à complexa situação socioeconómica.

Incentivaremos a dinamização das zonas de comércio tradicional com actividades culturais e artísticas e com a expressa inclusão do comércio no grande projecto de reconstrução da Identidade cultural de Montijo e de reabilitação e regeneração urbanas.

Revitalizaremos o comércio tradicional pelo programa de “Espaço Comercial a Céu Aberto”.

TURISMO:

Definiremos, em diálogo com os agentes económicos e sociais do sector, o posicionamento estratégico de Montijo face ao turismo, apostando nas ofertas diferenciadoras do nosso território e nas redes de interesses comuns com os demais municípios da riba Tejo.

Apoiaremos actividades que promovam todo o tipo/oferta de turismo para que o território de Montijo está vocacionado: turismo sénior, religioso, desportivo, rural, de natureza, de bem-estar, cultural, de eventos, náutico e de aventura.

Um território generoso, uma população portadora de inúmeras experiências, um caldo de culturas solidárias, uma juventude generosa, um PROJETO, que é um PROGRAMA DE TRABALHO, não para um estalar de dedos, para uma perpetuação de rotina e mediocridade, mas para erguer um grande desafio geracional, numa MUDANÇA NECESSÁRIA, que faz todo o sentido!

Como um dia escreveu, João Dias, poeta de Montijo:

**Eu sou Povo e canto a vida
Num grito de Madrugada
Quero a minha gente unida
Caminhando nova estrada**